

Paisagem negra como tecnologia ancestral de formação: aprendizagens contracoloniais em territórios quilombolas e periféricos

GISELLY BARROS RODRIGUES

ET5 – PROCESSOS FORMATIVOS SOBRE A PAISAGEM

RESUMO

O ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil ainda se apoia em referenciais hegemônicos que pouco dialogam com os modos de vida, saberes e cosmo percepções de territórios negros, quilombolas e periféricos. Este artigo analisa práticas pedagógicas baseadas na aprendizagem situada realizadas nos Ateliês de Projeto do IFSP, envolvendo vivências no Quilombo Ivaporunduva, no Vale do Ribeira, e na Horta Comunitária do Espaço Cultural Jardim Damasceno, na Brasilândia. O objetivo é analisar como essas experiências ampliam a formação dos estudantes ao revelar a paisagem negra como tecnologia ancestral de cuidado, memória e pertencimento. A pesquisa adota abordagem qualitativa, articulando visitas de campo, oficinas, rodas de conversa, observação participante e registros em caderno de campo, desenhos e fotografias, compreendendo esses territórios como espaços de transmissão de saberes. Os resultados indicam deslocamentos perceptivos, sensoriais e éticos, com o tensionamento de estereótipos associados a quilombos e favelas e o reconhecimento de práticas comunitárias de cultivo, manejo e organização territorial. As vivências também impactaram os projetos desenvolvidos pelos estudantes, que passaram a incorporar espécies nativas, etnobotânica, experiências sensoriais e soluções alinhadas às memórias e identidades territoriais. Conclui-se que metodologias situadas fortalecem abordagens contra-hegemônicas no ensino de arquitetura e paisagismo e contribuem para processos formativos comprometidos com justiça socioambiental e epistemologias ancestrais.

PALAVRAS-CHAVE: paisagem negra; territórios negros; ensino de projeto; comunidades quilombolas e periféricas; tecnologia ancestral.

ABSTRACT

Architecture and Urbanism education in Brazil still relies on hegemonic frameworks that engage little with the ways of life, knowledge, and cosmo perceptions of Black, quilombola, and peripheral territories. This article analyzes pedagogical practices based on situated learning developed in the Design Studios of the Federal Institute of São Paulo (IFSP), involving field experiences in the Ivaporunduva Quilombo, in the Vale do Ribeira region, and in the Community Garden of the Jardim Damasceno Cultural Center, in Brasilândia. The objective is to analyze how these experiences expand students' education by revealing Black landscapes as ancestral technologies of care, memory, and belonging. The research adopts a qualitative approach, articulating field visits, workshops, conversation circles, participant observation, and records in field notebooks, drawings, and photographs, understanding these territories as spaces for the transmission of knowledge. The results indicate perceptual, sensory, and ethical shifts, including the challenging of stereotypes associated with quilombos and favelas and the recognition of community practices of cultivation, land management, and territorial organization. These experiences also influenced the projects developed by the students, which began to incorporate native species, ethnobotany, sensory experiences, and solutions aligned with territorial memories and identities. It is concluded that situated methodologies strengthen counter-hegemonic approaches in the teaching of architecture and landscape design and contribute to educational processes committed to socio-environmental justice and ancestral epistemologies.

KEYWORDS: black landscape; black territories; design education; quilombola and peripheral communities; ancestral technology.

1 INTRODUÇÃO

O ensino de projeto nos cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil tem sido historicamente estruturado a partir de paradigmas eurocentrados, técnico-formais e pouco sensíveis aos modos de vida, conhecimentos e práticas territoriais de populações negras, indígenas, quilombolas e periféricas. Tal predominância epistemológica afeta diretamente a formação profissional, produzindo abordagens que frequentemente desconsideram dimensões comunitárias, ancestrais, espirituais e políticas da paisagem, bem como seus vínculos com processos de cuidado, justiça ambiental e manutenção da vida. Diante desse cenário, torna-se fundamental a construção de metodologias formativas capazes de deslocar o olhar do estudante, incorporando práticas, narrativas e tecnologias que emergem de territórios historicamente subalternizados e que constituem outras ontologias de paisagem no país.

Nesse contexto, os Ateliês de Projeto de Arquitetura e Urbanismo e Paisagismo realizados nos 2º, 4º e 7º semestres do curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) do Campus São Paulo passaram a desenvolver práticas pedagógicas baseadas em aprendizagem situada, extensão crítica e aproximação direta com comunidades quilombolas e periféricas. As atividades envolveram vivências no Quilombo Ivaporunduva, localizado em Eldorado, no Vale do Ribeira (SP), e no Espaço Cultural Jardim Damasceno, localizado no distrito da Brasilândia, zona norte de São Paulo. Tratam-se de dois territórios e paisagens distintos, estruturados por formas coletivas de viver, plantar, cuidar e se relacionar com o espaço.

Em ambos, a paisagem conflui com os modos de vida e cosmopercepções da comunidade, por meio da ancestralidade e do compartilhamento de saberes. Para Nêgo Bispo, “...no compartilhamento temos uma ação por outra ação, um gesto por outro gesto, um afeto por outro afeto. E afetos [...] se compartilham.” (Santos, 2023, p.36).

A noção de paisagem negra, evocada neste artigo, refere-se às práticas, cosmopercepções e epistemologias que sustentam modos de existir baseados na espiritualidade, na coletividade e no compartilhamento da vida. Como argumenta Nêgo Bispo, o território é regido por uma ética da reciprocidade: “a terra dá, a terra quer” (Santos, 2023), colocando as relações entre humanos e não humanos nos planos material e imaterial, nos processos de cuidado e criação. Essa perspectiva é fundamental para repensar o ensino de paisagismo, deslocando o foco apenas técnico para compreender a paisagem como processo vivo, político, relacional e ancestral.

Do ponto de vista teórico, este trabalho apoia-se ainda na ecologia decolonial de Malcom Ferdinand (2022), que propõe uma ecologia que nasce da luta e confronta as formas coloniais de habitar e conviver na terra. O autor evidencia que a crise ecológica não pode ser separada da história da violência colonial, propondo deslocar a noção de antropoceno para tornar visíveis outros modos de narrar e compreender essa crise.

O trabalho dialoga também com Vandana Shiva (2024), que articula a regeneração da terra a práticas tradicionais de cuidado, autonomia e soberania. Para a autora, nas escolas e universidades é necessário “promover uma forma de pensar centrada na Terra e baseada no solo” (p.196-197). Ela ainda afirma que “Cuidando da Terra, plantamos as sementes do nosso futuro” (p.197) e da democracia da Terra.

Soma-se a essas referências as discussões da quilombola Makota Kidoiale (2023), presentes na obra *Terra: Antologia afro-indígena*. A autora afirma que as plantas são ancestrais, mestras e curadoras que sustentam a vida, os rituais religiosos e as práticas comunitárias. Argumenta que, nos terreiros e nas cosmologias afro-diaspóricas, as plantas são entidades vivas com agência, memória e força espiritual. Para ela, cada

folha carrega um axé, uma história e uma pedagogia própria; aprender com as plantas significa aprender com os ancestrais.

A partir desses referenciais, buscou-se construir um ambiente formativo que reconhecesse os espaços livres urbanos e rurais como expressões territoriais complexas e politicamente situadas. As vivências em Ivaporunduva e no Jardim Damasceno permitiram que os estudantes percebessem a paisagem como território vivo, marcado por histórias, disputas, vínculos simbólicos e práticas cotidianas de cuidado.

Apesar do crescimento das discussões sobre descolonização do ensino, a formação em Arquitetura e Urbanismo ainda permanece fortemente orientada por referências eurocentradas e técnico-formais, pouco sensíveis às práticas territoriais de comunidades negras, quilombolas e periféricas. O problema de pesquisa que orienta este artigo reside na limitada incorporação desses saberes e práticas nos processos formativos em arquitetura da paisagem. Diante disso, coloca-se a seguinte questão de pesquisa: de que maneira experiências pedagógicas situadas em territórios negros podem contribuir para tensionar paradigmas hegemônicos no ensino de Arquitetura e Urbanismo?

Assim, o objetivo do estudo é analisar de que maneira as vivências realizadas no Quilombo Ivaporunduva e na Horta Comunitária do Jardim Damasceno ampliam a compreensão dos estudantes sobre a paisagem negra como tecnologia ancestral de cuidado, memória e pertencimento. Como objetivos específicos, busca-se: 1) identificar os impactos pedagógicos, perceptivos e sensoriais das vivências de campo; 2) reconhecer os processos de ensino-aprendizagem fundamentados em saberes negros, periféricos e quilombolas; 3) discutir como essas experiências transformam as metodologias tradicionais do ensino do paisagismo.

A relevância do estudo reside na necessidade de reconfigurar processos formativos na Arquitetura da Paisagem, incorporando abordagens que articulem teoria, território e comunidade de forma crítica, decolonial e situada. Ao valorizar epistemologias ancestrais e coletivas, o artigo contribui para ampliar o debate sobre a formação do arquiteto e urbanista e sobre a decolonização do ensino de projeto.

2 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, baseada na aprendizagem situada e na observação participante, articulando atividades de ensino, extensão e vivências de campo realizadas no âmbito do Ateliê de Projeto. As principais experiências analisadas ocorreram em dois territórios negros, o Quilombo Ivaporunduva, no Vale do Ribeira, e a Horta Comunitária do Espaço Cultural Jardim Damasceno, na Brasilândia, escolhidos pela centralidade que possuem na produção de práticas coletivas, ecológicas e ancestrais relacionadas à gestão comunitária dos espaços livres e aos posicionamentos éticos e políticos. Nesses contextos, foram realizadas visitas técnicas, rodas de conversa, oficinas, percursos nos territórios, desenhos de observação, registros fotográficos e registros audiovisuais, atividades que permitiram aos estudantes vivenciar e refletir sobre outras ontologias de paisagem, guiadas por cosmopercepções negras, quilombolas e periféricas.

O material de análise reúne registros produzidos pelos estudantes durante e após as imersões: cadernos de campo, desenhos, fotografias e relatos reflexivos, mobilizados como dispositivos de leitura sensível da paisagem e de compreensão dos efeitos formativos dessas experiências. A sistematização desses materiais buscou identificar

deslocamentos perceptivos, éticos e projetuais provocados pelo encontro com práticas comunitárias de cuidado e manejo do território, entendidas aqui como tecnologias ancestrais negras de conhecimento.

Assim, a metodologia fundamenta a investigação dos processos de ensino-aprendizagem que integram território, corpo, ancestralidade e paisagem, contribuindo para a construção de pedagogias contracoloniais no campo da Arquitetura e Urbanismo. Para Santos (2023), contracolonialidade é a afirmação de modos de vida afroindígenas que enfrentam o colonialismo sem reproduzir sua lógica, baseando-se em reciprocidade, ancestralidade e tecnologias de cuidado do território.

3 COMPARTILHAMENTO DE SABERES: COMUNIDADE E ORALIDADE

As análises desenvolvidas neste estudo resultam das experiências formativas realizadas nos Ateliês de Projeto articuladas às viagens de campo ao Quilombo Ivaporunduva e às visitas ao Espaço Cultural Jardim Damasceno, compreendendo esses territórios como referências epistemológicas e pedagógicas para um fazer projetual comprometido com a justiça social e ambiental. A imersão dos estudantes em espaços livres urbanos e rurais possibilitou reconhecer a paisagem negra como expressão de ancestralidade, território de vida e tecnologia comunitária, revelando práticas de cuidado, cultivo e coletividade que ampliam o entendimento do projeto por meio de metodologias não hegemônicas.

Nas vivências realizadas, a oralidade assumiu papel central como dispositivo de acesso aos saberes comunitários, corroborando o entendimento de que, em comunidades africanas, afro-brasileiras e indígenas, essa prática constitui um meio fundamental de preservação e transmissão de memórias (Rodrigues, 2025). O diálogo com lideranças locais valorizou a comunidade e evocou a ancestralidade negra e periférica, permitindo que narrativas frequentemente silenciadas por discursos hegemônicos ganhassem visibilidade.

A escuta dessas histórias revela formas de ocupação e produção do espaço vinculadas à experiência negra, historicamente negligenciadas pela academia e cuja retomada recente se deve, em grande medida, às mobilizações do movimento negro em torno da afirmação de identidades, memórias e culturas. Assim, o compartilhamento oral emerge como prática pedagógica essencial para articular saberes territoriais e ampliar a compreensão crítica sobre a formação das cidades.

3.1 Brasilândia: Visita de campo na Horta do Jardim Damasceno

A Brasilândia, localizada no extremo norte da cidade de São Paulo, constitui um dos distritos periféricos com mais de 50% de seus moradores autodeclarados negros. Desde a década de 1930, a região passou por um processo de conversão de áreas rurais e de uso agrícola em ocupação urbana, dinâmica que marcou a formação de seus bairros e o crescimento populacional ao longo do século XX. Essas transformações revelam trajetórias de urbanização associadas à atuação de populações negras e periféricas, cuja participação na construção e manutenção do território foi historicamente pouco reconhecida (Rodrigues, 2025).

Nesse contexto, realizou-se a visita de campo ao Espaço Cultural Jardim Damasceno (ECJD), com estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo. O galpão do ECJD foi construído na década de 1980 a partir da mobilização dos moradores que reivindicavam melhores condições de infraestrutura urbana. O espaço abriga diversas atividades

culturais e socioambientais, além de ações educativas voltadas à comunidade (Rodrigues; Dainezi; Sauini, 2025).

A horta comunitária surgiu em um contexto de mobilização territorial, tornando-se espaço de memória, práticas culturais e trajetórias coletivas. A escolha das espécies, especialmente das plantas medicinais, resultou dos saberes compartilhados pelos moradores, que relacionaram cada planta às experiências familiares, às tradições de suas regiões de origem e aos conhecimentos circulantes no bairro.

Durante a visita, os estudantes participaram de roda de conversa com a líder comunitária Noêmia Mendonça, que apresentou o histórico do espaço, sua função social, cultural e educativa, além dos desafios enfrentados pela ausência de posse formal do imóvel. O encontro permitiu discutir os estereótipos associados às periferias e evidenciou experiências de organização coletiva frequentemente invisibilizadas.

Na horta, os estudantes observaram e aprenderam com os voluntários sobre plantas medicinais, manejo do minhocário e da composteira, além do sistema de captação de água pluvial utilizado para rega e manutenção do espaço. As atividades incluíram registros em caderno de campo e observações sobre espécies vegetais nativas e exóticas.

Figura 1: Fotografias do espaço público e da cerca do ECJD; Estudantes reunidos na roda de conversa no ECJD; Líder comunitária Noêmia Mendonça apresentando o espaço



Fonte: Autoria própria, 2025.

Figura 2: Fotografias dos estudantes do 4º e 7º semestres de Arquitetura e Urbanismo, disciplina de Ateliê de Paisagismo 2, colhendo, fazendo anotações de campo e alimentando a composteira da Horta do ECJD



Fonte: Autoria própria, 2025.

A líder comunitária Noêmia Mendonça apresentou o histórico do espaço, sua função social, cultural e educativa, os desafios decorrentes da ausência de posse formal do imóvel e o posicionamento ético, político e coletivo da luta por melhorias na região. A conversa contribuiu para tensionar estereótipos frequentemente associados às favelas, marcados por visões classistas e racistas, levando alguns estudantes a compartilharem que também vivem em outras periferias da cidade. Na horta, os estudantes aprenderam com os voluntários sobre plantas medicinais, colheram beterrabas, alimentaram o minhocário e a composteira e conheceram o sistema de captação de água pluvial utilizado para rega e manutenção do espaço. A vivência ampliou o repertório sobre espécies nativas e exóticas, registradas nos cadernos de campo.

O roteiro incluiu também um percurso pelos espaços livres da Brasilândia, incluindo o Parque Linear Bananal-Canivete. Durante o trajeto, os estudantes observaram a paisagem orgânica e sintética, conforme a distinção proposta por Nêgo Bispo: a orgânica representada pela Serra da Cantareira, pela vegetação e pelos córregos; e a sintética pelo asfalto, pelas vielas e pelas construções da favela.

Figura 3: Fotografias dos estudantes do 4º e 7º semestres de Arquitetura e Urbanismo, disciplina de Ateliê de Paisagismo 2 no percurso no Parque Linear Bananal-Canivete



Fonte: Autoria própria, 2025.

Posteriormente, em sala de aula, os estudantes apresentaram seus registros e desenhos de observação, discutindo os impactos da visita e os possíveis desdobramentos para os projetos desenvolvidos no semestre.

Figura 4: Fotografias dos desenhos dos estudantes do 4º semestre de Arquitetura e Urbanismo, disciplina de Ateliê de Paisagismo 2, inseridos nos cadernos de campo



Fonte: Autoria própria, 2025.

Na disciplina de Ateliê de Paisagismo 2 (antes Arquitetura da Paisagem 2), os estudantes desenvolvem projetos em espaços livres públicos da cidade, trabalhando o paisagismo produtivo, comunitário e a etnobotânica. As atividades foram realizadas no

Bixiga (Distrito da Bela Vista) e no Distrito do Pari, onde está localizado o campus em que estudam. Em ambos os territórios, os estudantes realizaram visitas de campo, entrevistas com moradores, lideranças comunitárias e instituições locais, além de levantamentos demográficos e pesquisas em bases oficiais. A partir dessas investigações e da escuta das narrativas locais, buscaram evidenciar memórias frequentemente apagadas sobre os territórios.

Ao longo dos semestres, os projetos passaram a incorporar memórias negras, indígenas, imigrantes e migrantes, conforme os recortes e partidos adotados pelos estudantes. As soluções paisagísticas incluíram a escolha de espécies vegetais relacionadas a saberes tradicionais, como canteiros destinados a ervas sagradas das religiões de matrizes africanas; a definição de mobiliários, equipamentos urbanos, materiais e pavimentações alinhados às identidades locais; e a criação de espaços voltados à vida coletiva, como hortas comunitárias e áreas para oficinas e encontros. Também foram estruturados setores e programas de necessidades construídos a partir da escuta da comunidade, buscando valorizar memórias e práticas territoriais frequentemente invisibilizadas.

3.2 Quilombo Ivaporunduva: Viagem de campo

A viagem de campo ao Quilombo Ivaporunduva, localizado na zona rural da cidade de Eldorado (SP), ocorre desde 2024 no âmbito da disciplina de Ateliê de Arquitetura e Urbanismo 2, envolvendo estudantes do segundo semestre. Nessa fase do curso, os alunos desenvolvem seu primeiro projeto arquitetônico articulado ao desenho dos espaços livres do lote e às relações com a cidade. O exercício projetual ocorre no Bairro da Liberdade, em São Paulo, em um terreno destinado à implantação de um memorial dedicado às populações negra e indígena. A proposta busca problematizar narrativas hegemônicas que associam o bairro quase exclusivamente à presença japonesa, evidenciando também as memórias negras e indígenas historicamente invisibilizadas.

A viagem ao Ivaporunduva ocorre na fase inicial do projeto, momento em que os estudantes investigam o território, realizam a visita de campo e buscam referências projetuais. Essa etapa coincide com o início da aprendizagem sobre legislação urbana, definição do partido arquitetônico e paisagístico, elaboração do programa de necessidades e debate de questões fundamentais do processo de projeto. Em paralelo, desenvolvem-se discussões sobre memórias, identidades e territórios negros e indígenas, destacando a importância da materialização dessas narrativas para que os espaços urbanos representem a história da cidade em sua complexidade e completude.

Os quilombos constituem territórios negros formados por comunidades que mantêm vínculos de ancestralidade, parentesco e práticas culturais próprias, configurando espaços de resistência histórica e de ocupação coletiva reconhecidos pela Constituição de 1988. Ivaporunduva é considerado o mais antigo quilombo do Vale do Ribeira, reunindo cerca de 110 famílias em um território tradicional de aproximadamente 2.754 hectares. Sua trajetória remonta ao século XVII incluindo a presença de mineradores e pessoas escravizadas, culminando, no final do século XVIII, na construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, ainda central na vida comunitária. A articulação de Ivaporunduva com outros quilombos do Vale do Ribeira tem sido fundamental em lutas coletivas por reconhecimento territorial e por justiça socioambiental (INCRA, 2016).

Ivaporunduva passou a reunir, ao longo do tempo, pessoas livres, libertas e fugidas, tornando-se reconhecida como um território majoritariamente negro. A região funcionou como ponto de origem para outros núcleos negros ao longo do Rio Ribeira, cuja

ocupação acompanhou os cursos d'água que conectavam essas comunidades. A presença dessas populações estabeleceu vínculos duradouros com a terra e modos próprios de uso e cultivo, com baixo impacto ambiental. Hoje, o Vale do Ribeira concentra o maior remanescente de Mata Atlântica do país, que cobre grande parte do território de Ivaiporunduva.

Durante a viagem, os estudantes participam de oficinas conduzidas pelos próprios quilombolas, que atuam como guias no turismo de base comunitária. A imersão ocorre ao longo de dois dias e envolve atividades como:

- Palestras sobre a história e as lutas do quilombo na Igreja do Rosário dos Homens Pretos
- Oficinas de agricultura de subsistência na roça com plantio de feijão
- Produção de artesanato com fibra de bananeira
- Trilha noturna na Mata Atlântica
- Moda de viola - apresentação de música caipira e sertaneja
- Práticas relacionadas à arquitetura tradicional de pau-a-pique.
- Trilha sagrada do ouro, que também funciona como cemitério, espaço que conecta à ancestralidade
- Banho de rio com momento de lazer e diversão do grupo

Figura 5: Fotografias dos estudantes do 2º semestre de Arquitetura e Urbanismo, disciplina de Ateliê de Arquitetura e Urbanismo 2, na Igreja do Rosário dos Homens Pretos, oficina de agricultura de subsistência e oficina de barreamento



Fonte: Autoria própria, 2025.

Figura 6: Fotografias dos estudantes do 2º semestre de Arquitetura e Urbanismo, disciplina de Ateliê de Arquitetura e Urbanismo 2, observando a fauna e flora da Mata Atlântica e na trilha noturna iluminada pelo fífó



Fonte: Autoria própria, 2024.

Os impactos da viagem para os estudantes envolvem desde a desconstrução de estereótipos sobre o que é um quilombo até a percepção de dimensões políticas, éticas e espirituais relacionadas à memória e à identidade territorial. A vivência coletiva apresenta outras maneiras de organização e de relação com o território, diferentes das práticas associadas ao contexto urbano-capitalista. Conforme afirma Nêgo Bispo: “Nós, quando falamos de indivíduo, estamos falando de unidade, estamos dizendo “um”, mas esse “um” é parte do todo, do universo. [...] para nós só há “um” porque há mais de um.” (Santos, 2023, p.32).

O encerramento da viagem ocorre na trilha sagrada do ouro, espaço que também abriga o cemitério de pessoas escravizadas que morreram durante o ciclo da mineração. Nesse local, os estudantes realizam um momento de silêncio e escuta da paisagem, seguido de uma roda de compartilhamento de percepções sobre a experiência vivida.

Para nós, a natureza é o alimento da fé. É o que nos mantém. É dentro da natureza que buscamos a força para manter a cultura religiosa. Antigamente, entregávamos as oferendas na beira do rio, principalmente as oferendas cruas, para que crescessem. O negro é inteligente: aquela era uma forma de nos desfazermos das nossas oferendas e, ao mesmo tempo, à medida que aquilo ia crescendo em volta do rio, de proteger e alimentar as nascentes. Cobríamos a nascente de ervas e raízes (Kidoiale, 2023, p.92-93)

A vivência no Quilombo, com uso limitado de internet, ausência de televisão e imersão em um território ancestral marcado por dimensões simbólicas e espirituais de luta, resistência, amor e fé, produz resultados que não podem ser plenamente descritos, mensurados ou racionalizados. Ainda assim, observa-se como todos retornam transformados, sensibilizados e afetados pela experiência. Os registros realizados nos cadernos de campo indicam deslocamentos perceptivos importantes, revelando como a imersão no território quilombola ampliou a sensibilidade dos estudantes para dimensões históricas, culturais e espirituais da paisagem.

Como apontam Rodrigues e Rodrigues (2023), a incorporação do debate das relações étnico-raciais no processo projetual ampliou o potencial criativo dos estudantes, que passaram a desenvolver soluções alinhadas aos conceitos discutidos ao longo do semestre. A inclusão da memória negra e indígena no desenvolvimento dos estudos demonstrou que essa temática não se limita a componentes de artes ou história, mas compõe também o repertório necessário à prática projetual. Os autores indicam ainda que refletir sobre as relações étnico-raciais no projeto possibilita adotar abordagens contra-hegemônicas fundamentadas em perspectivas decoloniais e afrocentradas.

Figura 7: Fotografias dos estudantes do 2º semestre de Arquitetura e Urbanismo, disciplina de Ateliê de Arquitetura e Urbanismo 2, na trilha sagrada do ouro, em roda e no banho de rio



Fonte: Autoria própria, 2024 e 2025.

Figura 8: Fotografias dos desenhos dos estudantes do 2º semestre de Arquitetura e Urbanismo, disciplina de Ateliê de Arquitetura e Urbanismo 2, no caderno de campo



Fonte: Autoria própria, 2024.

Figura 9: Fotografias dos cadernos de campo dos estudantes do 2º semestre de Arquitetura e Urbanismo, disciplina de Ateliê de Arquitetura e Urbanismo 2



Fonte: Autoria própria, 2025.

Nos projetos desenvolvidos posteriormente, essas experiências refletiram-se na incorporação de espécies nativas, na valorização da etnobotânica e na criação de espaços coletivos que estimulam convivência, memória e experiências sensoriais no percurso do memorial.

Figura 10: Fotografias de 2 maquetes do Memorial desenvolvido pelos estudantes do 2º semestre de Arquitetura e Urbanismo, disciplina de Ateliê de Arquitetura e Urbanismo 2



Fonte: Autoria própria, 2024 e 2025.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências analisadas evidenciam que a aproximação entre ensino de Arquitetura da Paisagem, territórios negros e práticas comunitárias produz deslocamentos significativos na formação dos estudantes. As vivências no Quilombo Ivaporunduva e na Horta Comunitária do Jardim Damasceno demonstram que a paisagem, compreendida como expressão de ancestralidade, cuidado e memória, amplia o repertório projetual para além das abordagens técnico-formais hegemônicas. Nesse processo, os estudantes entram em contato com cosmo percepções e práticas coletivas que colocam o território como lugar vivo, relacional e marcado por vínculos espirituais, históricos e afetivos.

As metodologias adotadas, aprendizagem situada, observação participante, oralidade e imersão sensorial, permitiram que os estudantes reconhecessem outras formas de produzir e interpretar a paisagem orientadas por conhecimentos quilombolas, periféricos e negros. Esses encontros possibilitaram a reconstrução de percepções sobre quilombos, periferias e modos não individualistas de organização da vida, além de fomentar a compreensão de que o cuidado com a terra, a coletividade e a ancestralidade constituem fundamentos epistemológicos e técnicos que devem integrar o ensino de projeto. Os registros em cadernos de campo, relatos e soluções projetuais evidenciam a potência dessas vivências na reconfiguração do processo pedagógico.

Assim, incorporar a escuta da comunidade e reconhecer a paisagem negra como tecnologia ancestral de formação contribui para deslocar o ensino da Arquitetura e Urbanismo rumo a perspectivas contracoloniais, fortalecendo o compromisso ético dos futuros profissionais com a justiça socioambiental e com a construção de cidades mais plurais e sensíveis às memórias e territórios.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos estudantes do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal de São Paulo – Campus São Paulo, dos 2º, 4º e 7º semestres dos anos de 2024 e 2025, que participaram das visitas e viagens de campo nas disciplinas mencionadas ao longo do artigo. Agradeço também à equipe do GEPRETAS – Grupo de Estudos e Pesquisas das Relações Étnico-Raciais no Território, Arquitetura e Sociedade, e ao NEABI/IFSP (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas), do qual faço parte.

REFERÊNCIAS

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu; PISEAGRAMA, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Ivaporunduva**: relatório de governança fundiária. São Paulo: INCRA, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/ivaporunduva.pdf>. Acesso em: 07.12.2025.

KIDOIALE, Makota. As plantas, nossas ancestrais. In: CARNEVALLI, Felipe; REGALDO, Fernanda; LOBATO, Paula; MARQUEZ, Renata; CANÇADO, Renato (org.). **Terra**: antologia afro-indígena. São Paulo: UBU; PISEAGRAMA, 2023. p. 87-100.

RODRIGUES, Eliana; DAINEZI, Gabrielle; SAUINI, Thamara. **Canteiros medicinais periféricos**: o comunitarismo das plantas. São Paulo: GLAC Edições, 2025.

RODRIGUES, Giselly Barros (org.). **Ruas, ritmos e raízes**: territórios negros nas encruzilhadas urbanas de São Paulo. São Paulo: EDIFSP, 2025. Disponível em: <https://editora.ifsp.edu.br/edifsp/catalog/view/154/92/1625>. Acesso em: 15.11.2025.

RODRIGUES, Giselly Barros; RODRIGUES, Pedro Henrique de Carvalho. **Memorial dos Aflitos**: Prática didática de um processo de projeto decolonial e afrocentrado. In: Anais do Seminário Internacional PROJETER: Projetar para quem? Projetar para quê? Projetar como?. Anais...João Pessoa(PB) Espaço Cultural José Lins do Rego, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/projetar2023/658288-memorial-dos-aflitos--pratica-didatica-de-um-processo-de-projeto-decolonial-e-afrocentrado/>. Acesso em: 20.11.2025.

SANTOS, Antônio Bispo do. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu; PISEAGRAMA, 2023.

SHIVA, Vandana. **Terra viva**: minha vida em uma biodiversidade de movimentos. São Paulo: Boitempo, 2024.